

Um diálogo entre a Teoria da Securitização e a Geopolítica Crítica

Gregor G. A. A. de Rooy¹

Resumo

Neste estudo debate-se as similaridades entre as lentes conceituais da geopolítica crítica, a dizer, a ideia do outro, a dimensão do discurso, o *intellectual of statecraft* e a prática geopolítica; e os conceitos da teoria da securitização, que são: o objeto referente, o ato de fala, a audiência, o ator securitizador, o movimento securitizador, a ameaça existencial, a securitização e a politização. Feito isto conclui-se que há profundas semelhanças entre os campos de estudos, ainda que a teoria da securitização seja mais adequada para a análise de um processo de segurança mais bem definido enquanto que a geopolítica crítica adequa-se mais ao estudo de processos de controle do território.

Palavras-Chave: Teoria da Securitização, Geopolítica Crítica, Diálogo.

A dialogue between Securitization Theory and Critical Geopolitics

Abstract

This study brings to light the similarities between the conceptual lenses from critical geopolitics, that is: the idea of the other, the relevance of discourse, the intellectual of statecraft and the geopolitical practice; and concepts from securitization theory such as the referent object, speech act, the audience securitize actor, securitize move, existential threat, securitization and politization. Once this comparison is made, the conclusion is that there are deep similarities between booth fields of studies. However, securitization theory is better fit for an analysis of specific security processes while critical geopolitics plays a better role when analysing processes related to territorial control.

Keywords: Securitization Theory, Critical Geopolitics, Dialogue.

Un diálogo entre la Teoría de la Securitización y la Geopolítica Crítica

Resumen

En este estudio, se discuten las similitudes entre las lentes conceptuales de la geopolítica crítica, es decir, la idea del otro, la dimensión del discurso, el *intellectual of statecraft*, y la práctica geopolítica; y los conceptos de la teoría de la securitización, que son: el objeto referente, el acto de habla, la audiencia, el actor securitizante, el movimiento de securitización, la amenaza existencial, la securitización y la politización. Una vez hecho esto, se concluye que existen profundas similitudes entre los campos de estudio, aunque la teoría de la securitización es más adecuada para el análisis de un proceso más bien definido, mientras que la geopolítica crítica es más adecuada para el estudio de los procesos de control del territorio.

Palavras-Chave: Teoría de la Securitización, Geopolítica Crítica, Diálogo.

¹ Mestre e Doutorando em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Contato: gregorooy@hotmail.com

Introdução

Este estudo analisa as semelhanças e diferenças entre a teoria da securitização e a geopolítica crítica. Na primeira parte, escreve-se sobre o contexto geopolítico da década de 1990, pós-Guerra Fria (1947-1991), quando ganharam atenção os estudos de geopolítica crítica e os Estudos de Segurança Internacional (ESI). Em seguida, são apresentados a geopolítica crítica e alguns conceitos desenvolvidos pela mesma para fins de análise de fenômenos geopolíticos (*intellectual of statecraft*² – a ideia do outro – discurso). Na terceira parte, explana-se sobre a teoria da securitização e seus principais conceitos (objeto referente – ato de fala – audiência – ator securitizador – movimento securitizador – ameaça existencial – securitização – politização). Por fim, são verificadas as convergências e divergências entre os conceitos da geopolítica crítica e os conceitos da teoria da securitização. Com isto busca-se contribuir com os debates teóricos dos estudos de Segurança Internacional e prover uma análise das possíveis pontes entre a teoria da securitização e a geopolítica crítica.

Os estudos de Segurança e a Geopolítica no Pós-Guerra Fria

O fim da Guerra Fria e, com ele, a redução da probabilidade de conflito entre as grandes potências, marca um abalo na *raison d'être* dos estudos estratégicos. Todavia, esta corrente de estudos ainda permaneceu forte e influente no mundo ocidental (BUZAN&HANSEN, 2009). Para Buzan & Hansen (2009), o evento abriu espaço para que outras lentes teóricas, distintas daquelas tradicionalmente associadas aos estudos estratégicos, como o realismo e a geopolítica tradicional, ganhassem espaço na academia. São elas: o Construtivismo, o Pós-Colonialismo, os estudos Críticos de Segurança, a Escola de Copenhague, o Pós-Estruturalismo e o Feminismo, já que:

(...)o fim pacífico da Guerra Fria, o crescimento dos conflitos intraestatais, o medo, por parte das sociedades ocidentais, da imigração, o ambiente decadente e a aceleração da epidemia de HIV/AIDS demonstraram que o tradicionalismo não foi capaz de enfrentar os desafios do pós-Guerra Fria. Além disso, os estudiosos [*wideners and deepeners*] sustentaram que os anos noventa não

² No dicionário de Cambridge, a definição do termo *statecraft* é: “A habilidade de governar um país” (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2017, tradução nossa).

produziram um evento militar de grande envergadura ou um problema às grandes potências para que os tradicionalistas pudessem defender que ocupasse o centro das atenções. (BUZAN & HANSEN, 2009, p. 187, tradução nossa).

É neste contexto que novas abordagens emergem e ganham força na academia. Os geopolíticos críticos também entendem este período como positivo para a geopolítica crítica, por razões similares às de Buzan & Hansen (2009). Em 1998, ano da publicação de *The Geopolitics Reader*, Tuathail *et al.* (1998) diziam que:

No novo mundo de hoje a problemática da geopolítica é mais relevante do que nunca, já que novas disputas globais por poder e espaço moldam a forma emergente do mundo pós-Guerra Fria. O fim do século XX tem sido frequentemente permeado por uma imaginação geopolítica que tem se expandido para incluir assuntos e questões anteriormente ignoradas durante a Guerra Fria, como: choque de civilizações, aquecimento global, disputas de movimentos sociais, finanças globais e redes transnacionais de comunicação (TUATHAIL *et al.* 1998, p. 1, tradução nossa).

Em *The Evolution of International Security Studies* (2009), apesar de Buzan & Hansen realizarem ampla revisão dos ESI e as diversas vertentes que influenciam e compõem este campo; não se aprofundam sobre a geopolítica crítica, nem tampouco encontrou-se menção aos estudos da Teoria da Securitização em obras de destaque da geopolítica crítica durante a década de 1990 (TUATHAIL, 1996; TUATHAIL *et al.* 1998). Aqui, propõe-se uma comparação mais sistemática entre ambos.

A Geopolítica Crítica

A geopolítica crítica divide-se, principalmente, em duas propostas de estudo. A primeira é a de Tuathail (1996), que destaca a importância do contexto e da análise do discurso para a compreensão do pensamento geopolítico (TUATHAIL, 1996). A segunda é a proposta por Agnew (1998, 2012) que, embora não deixe de lado a relevância do discurso, preza mais pela análise historiográfica do contexto, do *intellectual of statecraft* da instituição em que atua (AGNEW, 1998; AGNEW, 2012).

Sobre a definição do termo “geopolítica crítica”, Tuathail *et al.*, referem-se à geopolítica, a partir de uma perspectiva crítica, da seguinte forma:

Geopolítica... não é uma forma objetiva e científica de conhecimento. Trata-se da operação do discurso e do poder/conhecimento, trata-se de como os intelectuais, as instituições e a ideologia criam estruturas de poder dentro dos Estados (TUATHAIL et al., 1998, p.11, tradução nossa).

Merje Kuus, em uma de suas muitas definições, diz que: “a geopolítica crítica não é um campo bem definido, mas as diversas palavras caracterizadas como tais se concentram no processo através do qual a prática política está ligada à definição territorial” (KUUS, 2010, p.1, tradução nossa). Finalmente, de acordo com Fouberg et al.:

O conceito básico por trás da geopolítica crítica é que os intellectual of statecraft constroem ideias sobre lugares; essas ideias influenciam e reforçam seus comportamentos políticos e escolhas de políticas, e essas ideias afetam como nós, as pessoas, processamos nossas próprias noções de lugares e política (FOUBERG et al. 2012, p. 532, tradução nossa).

Assim, a geopolítica crítica entende, conforme sintetiza ROOY (2017, p. 138), que os “*intelectuais que se encontram em contextos e posições de poder específicos desenvolvem estudos e políticas sobre um determinado território por meio de um discurso que legitima/apoia práticas de estado*”. A esse respeito ganha destaque o estudo de Dalby (1988), que desenvolveu sua análise crítica da geopolítica ao analisar os textos do *Committee on Present Danger* (CPD), um grupo de pressão política dos Estados Unidos, fundado no final da década de 1940 e ressuscitado em 1976 por um grupo de analistas políticos neoconservadores, preocupados com a eleição do democrata Jimmy Carter para a presidência em plena Guerra Fria (DALBY, 1988).

Um dos resultados de seu estudo é que um exame crítico da geopolítica deve buscar compreender “*além do obviamente geográfico para o exame mais aprofundado das compreensões geopolíticas em um discurso estratégico e político mais amplo*” (DALBY, 1991, p. 277, tradução nossa). Isto é dizer que, tendo como base a atuação do CPD, Dalby encontrou preocupações geopolíticas sendo politicamente promovidas e apontou para a importância do estudo desta relação a partir do discurso.

Aqueles que promovem o discurso estratégico e político mais amplo, formulam e usam a geopolítica, são chamados pelos estudiosos da geopolítica crítica de *intellectuals of statecraft*. O termo refere-se a “*toda a comunidade de*

burocratas do Estado, líderes, especialistas em política externa e conselheiros ao redor do mundo que comentam, influenciam e conduzem as atividades do Estado.” (KELLY, 2006, p.38, tradução nossa). Os *intellectual of statecraft* “*adotam um viés de uso da teoria para fins de resolução de problemas, levando em conta as instituições e organizações existentes do poder do estado como são e teorizam sob a perspectiva dessas instituições e relações de poder.*” (TUATHAIL *et al.*, 1998, p. 08, tradução nossa).

Estes intelectuais, estas instituições e, conseqüentemente, o Estado operam em um determinado contexto. Dalby argumenta que,

(...)valores, critérios, etc., não podem ser aplicados fora da cultura de onde são extraídos. Logo, nenhum teórico poderia obter uma compreensão universal, porque está inevitavelmente enredado em uma malha cultural derivada de suas circunstâncias históricas e culturais (DALBY, 1991, p.267, tradução nossa).

Uma análise com as lentes da geopolítica crítica pressupõe, portanto, “*compreensão histórica e política do contexto do país e do lugar/instituição a partir dos quais o intellectual of statecraft desenvolve suas ideias.*” (DALBY, 1991; ROOY, 2017, p. 139). Além do contexto e do *intellectual of statecraft*, outra dimensão estudada pela geopolítica crítica é a da prática geopolítica e a relevância do discurso.

A prática geopolítica seria a “*repetição mundana de reivindicações não apenas em discursos oficiais, mas também ao redor da máquina de café*” (KUUS, 2010, p. 17, tradução nossa), já o seu estudo seria um “*estudo abrangente de statecraft como um conjunto de práticas sociais*” (TUATHAIL & AGNEW, 1992, p.144, tradução nossa). Isto é, a prática geopolítica valoriza o estudo das práticas sociais que existem na construção do conhecimento geopolítico, cuja consolidação depende do meio em que se desenvolve, bem como do consenso alcançado em relação a esse conhecimento (TUATHAIL & AGNEW, 1992; KUUS, 2010).

Na análise crítica da geopolítica o discurso é tido como vetor a partir do qual se pensa ou se pratica a geopolítica, como dizem Tuathail e Agnew:

A geopolítica, alguns argumentarão, é, antes de tudo, sobre a prática e não o discurso; trata-se de ações tomadas contra outros poderes, de invasões, batalhas e o emprego das forças militares. Esta prática é, certamente, geopolítica, mas é somente através do discurso que o

erguimento de uma marinha ou a decisão de invadir um país faz-se expressiva e justificada (TUATHAIL & AGNEW, 1992, p. 191, tradução nossa).

Não raro, a dimensão discursiva da geopolítica vem acompanhada de elementos ou argumentos identitários. Na maioria das vezes, a questão da identidade vem com uma demarcação entre o "eu" e o "outro". Segundo Kuus, "*tem havido um tremendo interesse na política de identidade, isto é, na demarcação geográfica do Eu e do Outro, nosso 'espaço' e 'o deles'.*" (KUUS, 2010, p. 5, tradução nossa).

Já para Dalby "*a exclusão do outro e a inclusão, incorporação e administração do mesmo é o momento geopolítico essencial. Expressado em termos de espaço e poder este é o processo básico da geopolítica no qual o território é dividido, contestado e governado.*" (DALBY, 1988, p. 418, tradução nossa). Deste modo, o "*outro é visto como diferente senão como um inimigo*" (DALBY, 1988, p. 418, tradução nossa). Logo, a prática geopolítica ao processar a ideia/conceito do "outro" desenvolve também um discurso e práticas de segurança e exclusão espacial.

O discurso, por sua vez, também funciona como legitimador das práticas geopolíticas. Quando assim realizado, o discurso é "*elaborado pela incorporação de 'termos estratégicos', 'metáforas-chave' e 'símbolos-chave'*" (TUATHAIL & AGNEW, 1992, p. 196, tradução nossa). Exemplo apresentado pelos autores é o do presidente americano McKinley (1897-1901), que, "agindo sob inspiração divina, viu que era tarefa dos Estados Unidos elevar e civilizar as Filipinas" (TUATHAIL & AGNEW, 1992, p.198, tradução nossa). Para Tuathail e Agnew o objetivo do presidente era o de manter estados concorrentes, como a França e a Alemanha, afastados do arquipélago. Assim, levando em conta a expressiva cristandade estadunidense, agir sob "inspiração divina" funcionaria como uma eficiente metáfora-chave (TUATHAIL & AGNEW, 1992).

A geopolítica crítica, portanto, propõe-se a analisar o comportamento do estado a partir, principalmente, do papel do *intellectual of statecraft*, do contexto de seu estado e da instituição em que atua, dos discursos que legitimam práticas geopolíticas ou são por elas construídos, da ideia do outro encontrada nestes discursos, sendo este outro frequentemente compreendido como uma

ameaça.

Teoria da Securitização

A Teoria da Securitização é oriunda da Escola de Copenhague. Esta Escola emergiu na década de 1990 no Instituto de Pesquisa da Paz de Copenhague, o tronco de seu pensamento é:

(...)sobre ampliar as ameaças e os objetos referentes, especialmente a segurança social/identitária, em parte sobre prestar mais atenção ao nível regional, mas principalmente sobre focar na securitização (os processos sociais pelos quais grupos de pessoas constroem algo como ameaça) (BUZAN & HANSEN, 2009, p. 36, tradução nossa).

Os principais teóricos da Teoria da Securitização (Buzan, Waever e Wilde) buscaram compreender como determinada situação torna-se uma questão de segurança. Buscaram, assim, “*explorar a lógica da segurança em si para descobrir o que diferencia a segurança e o processo de securitização daquilo que é meramente político*” (BUZAN *et al.* 1998, p. 04, tradução nossa). Com este propósito, Buzan *et al.* (1998) entenderam ser o processo da securitização composto de diferentes “elementos” (ator securitizador, ato de fala, ameaça existencial, politização, securitização, movimento securitizador, audiência e objeto referente) que serão aqui explanados.

Nas sociedades, a rotulação de uma dada situação como uma situação de segurança ocorre através de determinados processos. A pergunta de estudo levantada por Buzan *et al.* para analisar um processo de securitização é a seguinte: “*Quando um argumento com sua estrutura retórica e semiótica específicas consegue convencer determinado público de que regras (que em outras circunstâncias seriam obedecidas) devem ser violadas?*” (BUZAN *et al.* 1998, p.25, tradução nossa). Se, através de argumentos de urgência e ameaças, um ator securitizador consegue passar por cima de regras (ou legislação), que em condições de normalidade sujeitariam a todos, estamos diante de um processo de securitização (BUZAN *et al.* 1998). Caso a audiência não seja convencida percebemos, então, somente o que os autores chamam de movimento securitizador, mas não o processo de securitização em si.

Já a politização se dá quando um assunto público se torna “*parte das políticas públicas, requer decisões do governo e recursos ou, em poucos*

casos, *alguma forma de governança participativa.*” (BUZAN *et al.* 1998, p. 23, tradução nossa). Os autores consideram que o assunto em questão seria um assunto politizado.

O processo de securitização, por sua vez, defende a ideia de que a necessidade de segurança de determinado objeto referente é tão urgente que, se isto não for resolvido “*todo o resto será irrelevante (porque não estaremos aqui ou não estaremos livres para lidar com isso da nossa maneira)*” (BUZAN *et al.*, 1998, p. 24, tradução nossa). Exemplos das medidas extraordinárias seriam “*o alistamento compulsório, a retirada de direitos invioláveis ou o direcionamento da energia e recursos da sociedade para destinações específicas.*” (BUZAN *et al.*, 1998, p. 24, tradução nossa).

Os objetos referentes são “*coisas percebidas como existencialmente ameaçadas que possuem um clamor legítimo por sobrevivência*” (BUZAN *et al.*, 1998, p. 36, tradução nossa). Por exemplo, para o setor militar uma ameaça existencial é algo que ameaça o objeto referente território, para o setor político uma ameaça que comprometa a sua existência é aquela que ameaça o objeto referente soberania e ideologia, no caso do setor social o objeto referente seria a identidade coletiva, nações e religiões; e assim por diante (BUZAN *et al.* 1998).

Os procedimentos que securitizam determinado objeto referente são compreendidos por seus teóricos como uma prática auto referencial, já que seria por meio desta prática que determinado objeto referente se torna algo a ser securitizado “*não necessariamente porque há uma ameaça real, mas porque ela é assim apresentada.*” (BUZAN *et al.* 1998, p. 24, tradução nossa).

A maneira de estudar esta prática seria com o estudo do discurso que se faz presente no ato da fala, proferido a uma determinada audiência pelo ator securitizador. O ator securitizador seria uma “*pessoa ou grupo que executa o ato do discurso de securitização tais quais líderes políticos, estamentos burocráticos, governos, lobistas e grupos de pressão*” (BUZAN *et al.* 1998, p. 40, tradução nossa).

Em síntese, portanto, o processo de securitização se dá quando o ato da fala, proferido por um ator securitizador, convence uma determinada audiência de que um objeto referente está sob ameaça existencial e que para garantir a sua segurança o estado precisa adotar medidas extraordinárias (BUZAN,

1998).

Teoria da Securitização vs. Geopolítica Crítica

Tanto a teoria da securitização quanto a geopolítica crítica, sugerem que ações de segurança e/ou de geopolítica são construídas por atores em posições de poder e ambos os campos propõem elementos para analisar esse processo de construção. Portanto, a primeira semelhança encontrada é a ideia de que não se referem a questão de segurança ou questões geopolíticas como um fato dado, mas como um processo no qual os *intellectual of statecraft* ou os atores securitizadores, por meio de um discurso, convencem uma audiência específica sobre a importância de determinado tópico.

Tanto Buzan *et al.* (1998) como os geopolíticos críticos, entendem este processo como uma prática. Buzan *et al.* (1998) apontam que o processo de securitização é também uma prática social, pois a securitização seria “*construída de forma intersubjetiva e social.*” (BUZAN *et al.* 1998, p. 31, tradução nossa). Os autores dão destaque para esta construção social entendida como uma prática e destacam a importância do estudo do discurso (ato de fala) do ator securitizador, algo que também encontra equivalência na geopolítica crítica que destaca a importância da análise do discurso dos geopolíticos e/ou do *intellectual of statecraft*; e, por meio do conceito de geopolítica prática, entende que a geopolítica é também composta por práticas sociais.

As semelhanças entre o que Buzan *et al.* (1998) chamam de ator securitizador e o que Kelly (2006) chama de *intellectual of statecraft* são pertinentes. Vide a definição para cada termo:

Ator Securitizador:

(...)pessoa ou grupo que pratica o ato do discurso securitizador tais quais líderes políticos, estamentos burocráticos, governos, lobistas e grupos de pressão (BUZAN *et al.* 1998, p. 40, tradução nossa).

Intellectual of statecraft:

Toda a comunidade de burocratas do Estado, líderes, especialistas em política externa e conselheiros ao redor do mundo que comentam, influenciam e conduzem as atividades do Estado (KELLY, 2006, p. 38, tradução nossa).

Logo, verifica-se a semelhança entre as definições de Kelly (2006) e Buzan *et al.* (1998). A diferença é que Buzan *et al.* (1998) dizem que a empreitada do ator securitizador tem, por finalidade, securitizar determinado objeto referente, enquanto que Kelly entende que o *intellectual of statecraft* está em uma empreitada a fim de promover preocupações geopolíticas e, conseqüentemente, projetos de impacto geopolítico, sem necessariamente engajar-se em um processo de securitização.

A securitização, neste caso, não é completamente descartada, apenas não é levada em conta como Buzan *et al.* (1998) o fazem. Um ponto a mencionar neste diálogo é que os geopolíticos críticos não veem uma diferença clara entre o *intellectual of statecraft* e o analista de defesa, podendo o *intellectual of statecraft* ser um analista de defesa ou não. Para os teóricos da securitização esta diferença é mais clara, o ator securitizador seria aquele que lidaria com a securitização no âmbito político, portanto seria o “ator securitizador e não o analista de defesa quem decidiria se algum tema deve ou não ser considerado uma ameaça existencial.” (BUZAN *et al.*, 1998, p. 34, tradução nossa).

Tanto o ator securitizador de Buzan *et al.* (1998) como o *intellectual of statecraft* dos geopolíticos críticos, fazem uso do discurso para convencer seus públicos alvo. A relevância do discurso para ambos os campos é notória. Enquanto Tuathail & Agnew afirmam que: “É apenas através do discurso que se justifica e se dá sentido à construção de novos navios de guerra ou a invasão de algum outro país.” (TUATHAIL & AGNEW, 1992, p. 191, tradução nossa), Buzan *et al.* (1998) defendem que:

No que se refere à segurança, a análise textual (Waeber 1988, 1995b, 1995c) sugere que algo é rotulado como questão de segurança internacional quando se pode argumentar que essa questão é mais importante que outras e merece ser tratada com absoluta prioridade (BUZAN *et al.* 1998, p. 24, tradução nossa).

Ademais, ambos os campos enfatizam o movimento retórico de criar um “nós” que pode ser e/ou está sendo ameaçado por um “outro”. Conforme mencionado acima, para Dalby “a exclusão do outro e a inclusão, incorporação e administração do mesmo é o momento geopolítico essencial” (DALBY, 1988, p. 418, tradução nossa). Já Buzan *et al.*, de maneira similar, dizem o seguinte:

Coletividades limitadas (estados, nações, e, como antecipado por Huntington, civilizações) empenham-se em reforçarem rivalidades com outras coletividades limitadas e esta interação fortalece o seu sentimento de “nós”. Porque elas envolvem uma referência a um “nós”, elas são um construto social operativo na interação entre as pessoas (BUZAN *et al.* 1998, p. 37, tradução nossa)

Outro ponto de convergência é que ambos os campos de estudos consideram a importância de uma audiência para o processo de securitização ou para a prática geopolítica. A diferença é que o processo de convencimento é analisado com mais minúcia no caso dos teóricos da securitização, já que falam da securitização e/ou do movimento securitizador direcionado a uma audiência.

Embora não tão bem definida como na teoria da securitização, a importância da audiência também se encontra na geopolítica crítica. É esta audiência que recebe os "termos estratégicos", "metáforas-chave" e "símbolos-chave" dos *intellectuals of statecraft* como falado por Tuathail e Agnew (1992), e que também consome e entende a visão hegemônica de geopolítica a partir das ideias incutidas em “livros-textos escolares, roteiros de filmes, e reportagens dos jornais, livros de ficção ou não” (SHARP, 1993, p. 495, tradução nossa). Esta vertente da geopolítica que analisa em específico como se dão as representações e os discursos geopolíticos é chamada de geopolítica popular (DITTMER & DODDS, 2008).

A exposição dos conceitos e a comparação entre ambos traz a luz semelhanças pertinentes. Contudo, há também diferenças, a teoria da securitização busca compreender um ato bem definido que é o processo da securitização. Já a geopolítica crítica não direciona seu olhar precisamente para este processo, ela busca compreender como o conhecimento geopolítico e políticas públicas voltadas para a defesa ocorrem ou são identificadas a partir da análise do contexto, da prática geopolítica e do discurso geopolítico (TUATHAIL *et al.*, 1998; TUATHAIL & AGNEW, 1992; KUUS, 2010).

Além disso, o conceito de objeto referente não encontra paralelo na geopolítica crítica. Ou seja, o entendimento de que diferentes dimensões do estado (ambiental, econômica, social, etc.) podem ser securitizadas e que cada uma delas têm seu respectivo objeto referente, é uma leitura específica da teoria da securitização.

A geopolítica crítica limita-se a analisar o pensamento dos geopolíticos que têm, por excelência, o território do estado ou por ele almejado, como seu “objeto referente”. Portanto, a definição de “objeto referente” não se aplica à geopolítica crítica, pois os teóricos da securitização entendem que o objeto referente é aquilo que deve estar sob uma ameaça existencial para ser securitizado. Esta compreensão escapa à geopolítica crítica, já que os geopolíticos ou os *intellectual of statecraft* não entendem o território como algo sob ameaça iminente, o território é analisado de acordo com suas vulnerabilidades e potencialidades, para que fins políticos e/ou militares sejam executados com sucesso.

É deste modo que organizamos o quadro abaixo onde ficam sistematizadas as semelhanças conceituais entre os conceitos da geopolítica crítica e os elementos que compõem um processo de securitização. Optou-se por não colocar em paralelo os termos “território” e “objeto referente”, assim como as diferentes perspectivas que os campos têm do conceito de “audiência” pelas diferenças e nuances acima explicadas.

Similaridades conceituais

Geopolítica Crítica	Similaridades Conceituais	Teria da Securitização
Ideia do Outro	↔	Ameaça Existencial
Discurso	↔	Ato de Fala
<i>Intellectual of Statecraft</i>	↔	Ator Securitizador
Prática Geopolítica	↔	Movimento Securitizador
Prática Geopolítica	↔	Securitização
Prática Geopolítica	↔	Politização

Fonte: Elaboração própria.

Conclusão

Este estudo proveu aos pesquisadores notórias evidências da semelhança conceitual entre os diferentes elementos da teoria da securitização e os conceitos que compõem a geopolítica crítica. As semelhanças mais fortes se deram entre a “ideia do outro” na geopolítica crítica e a “ameaça existencial” na teoria da securitização; o “*intellectual of statecraft*” e o “ator securitizador”,

bem como a relevância do discurso analisada e destacada pelos geopolíticos críticos e que está intrínseca no conceito de “ato de fala” dos teóricos da securitização.

Alguma semelhança foi identificada entre o conceito da audiência na teoria da securitização e a relevância da audiência na geopolítica crítica. Ambos os campos de estudos consideram a importância do público para a segurança internacional, no entanto, na teoria da securitização a audiência tem um papel mais específico que é o de receber o discurso do ator securitizador e ser convencida (ou não) da validade de que o objeto referente está comprometido devido a uma ameaça existencial. Já na geopolítica crítica a audiência é receptora do discurso que deve convencê-la das ações geopolíticas de seus respectivos estados (TUATHAIL & AGNEW, 1992), mas não permanece a audiência na específica posição de árbitra de determinado processo geopolítico como ocorre no processo de securitização. Ademais, por meio da geopolítica popular, o conceito de audiência tem se mostrado mais elástico podendo a mesma ser também criadora de uma imaginação geopolítica própria a partir da interação com elementos da cultura popular (DITTMER & DODDS, 2008).

O conceito de objeto referente, contudo, não encontra paralelo na geopolítica crítica. O Objeto referente refere-se a diferentes dimensões que compõem o estado que podem estar sob ameaça. A geopolítica crítica, por sua vez, lida principalmente com preocupações e processos de segurança voltados ao território.

Por fim, sugeriu-se um paralelo entre o termo da prática geopolítica com os termos securitização, politização e movimento securitizador. Isto se dá, principalmente pelo fato de que tanto a prática geopolítica como os demais conceitos buscam retratar a questão da segurança como um processo de práticas sociais. Foi por meio destes termos que Buzan *et al.* construíram a sua teoria e foi, principalmente, a partir da ideia de que a geopolítica é praticada (e não um fato dado) que se desenvolveu a geopolítica crítica.

Uma diferença a destacar é que a teoria da securitização se refere a um processo mais bem definido com etapas possíveis ou não, já a geopolítica crítica busca analisar, de maneira mais ampliada, diferentes processos que tenham impacto na segurança do território.

Tanto os autores da teoria da securitização, como os autores da geopolítica crítica tiveram como cenário para seus respectivos estudos o mundo pós-Guerra Fria, onde a centralidade da disputa entre estados encontrava-se mitigada. A recente tensão entre os EUA e a China, bem como demais fricções regionais entre potências regionais e outros estados, têm evidenciado cada vez mais um retorno ao embate entre estados. Ainda que esta dinâmica retorne, o foco dado pelas lentes teóricas da teoria da securitização e da geopolítica crítica a processos de segurança que envolvem o estudo de diferentes elementos permanece válido. Isto porque ambos os campos buscam esmiuçar as distintas dimensões e camadas a partir das quais a segurança é exercida, permitindo, portanto, a compreensão do comportamento de atores e instituições que compõem o dinâmico processo da segurança internacional.

Referências

AGNEW, John. Is US Security Policy >>Pivoting<< from the Atlantic to Asia-Pacific? A Critical Geopolitical Perspective. **Friederich Ebert Stiftung**, Berlin, 2012.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publisher, 1998.

CAMBRIDGE DICTIONARY ON LINE. Statecraft. Cambridge, 2020. Disponível em: <http://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/statecraft?fallbackFrom=english-portuguese>. Acesso em: 23 mar. 2017

DALBY, Simon. "Critical Geopolitics: Discourse, Difference and Dissent". **Environment and planning society and space**, [s.l.], v. 9, p. 203-261, 1991.

_____. **American Geopolitics and the Soviet Threat: The case of the Committee on the Present Danger**. Vancouver: Simon Fraser University, 1988.

FOUBERG, Erin H.; MURPHY, Alexander B.; BLIJ, Harm de. **Human Geography: People, Place, and Culture**. 10. ed. Etobicoke: John Wiley & Sons Canada, 2012.

KELLY, Phil. A Critique of critical geopolitics. **Geopolitics**, [s.l.], p. 24-53, 2006.

KUUS, Merje. Critical Geopolitics. In: DENEMARK, R. (ed.). **The international studies encyclopedia**. Blackwell, [s.l.], 2010, p. 683-701. v. 2.

PAINTER, Joe; JEFFREY, Alex. Geopolitics and anti-geopolitics. In: PAINTER, Joe; JEFFREY, Alex. **Political geography: an introduction and power**. 2. ed. Los Angeles: Sage Publications, 2009.

ROOY, GREGOR G. A. A. de. Geopolítica e Fronteiras, uma Introdução conceitual para fins de Análise. In: GUEDES, Marcos; PAGLIARI, Graciela de Conti. (Org.). **Pensando Defesa e Integração nas Fronteiras**. 1ed. Recife: Editora UFPE, 2017, v. IV, p. 01-278.

TUATHAIL, G.; AGNEW. J. Geopolitics and Discourse Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy. **Political Geography**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 190-204, mar. 1992.

TUATHAIL, Gearoid Ó. **Critical Geopolitics the Politics of Writing Global Space**. Routledge: London, 1996.

TUATHAIL, Gearóid Ó.; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. (org.). **The Geopolitics Reader**. Nova Iorque: Routledge, 2003. p. 33-35. Disponível em: <https://frenndw.files.wordpress.com/2011/03/geopol-the-geopolitics-reader.pdf>. In 15/02/2016. Acesso em: 15 jun. 2018.

Data de submissão: 2020-07-14.

Data de publicação: 2020-08-30.